Nascer no cárcere: a realidade das mães e seus filhos

*Born in prison:
the reality of mothers and their children*

Maraisa de Souza Botelho¹
João Georgeton Barbosa da Silva²
João Geraldo Nunes Rubelo³
Helton Laurindo Simoncelli⁴

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo principal abordar um tema pouco problematizado e discutido pelos estudiosos e pela sociedade brasileira, qual seja, A Face Criminal Feminina Brasileira, o qual se trata das mães que geram seus filhos em cárcere e, após o darem à luz, permanecem com os mesmos por um tempo determinado a fim de prestar seus cuidados. Secundariamente, mas não menos importante, será abordada a situação carcerária feminina como um todo e suas dificuldades para terem assegurados seus direitos básicos, como alimentação e higiene. A população carcerária feminina cresceu de forma exorbitante nos últimos anos, percebe-se também que a legislação e as doutrinas ainda possuem pouco conteúdo sobre o tema.

Palavras chave: Amor, Dignidade Mulher, Filhos, Gestação

ABSTRACT:

The present course conclusion paper has as main objective to approach a subject little addressed and discussed by the scholars and the Brazilian Society, that is, The Brazilian Female Criminal Face, they are the mothers who generate their children in prison and after giving birth remain with them for a set time in order to provide their care. Secondly, but not least, the female prison situation as a whole and its difficulties to have its basic rights, such as food and hygiene, will be addressed. The female prison population has grown exorbitantly in recent years, it is clear that legislation and doctrines still have little content on the subject.

Keywords: Woman, Pregnancy, Dignity, Children, Love.

Introdução

A vida criminosa feminina teve seu início em meados do século XI e as condutas tidas como crime na época eram a prostituição e a bruxaria.

¹ Acadêmica do curso de Direito do UniSalesiano- Araçatuba/SP

² Mestre em Direito. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

³ Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

⁴ Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

Com o Código Penal (BRASIL, 1940), a pena privativa de liberdade começou a ser implantada no Brasil, punindo as condutas tidas como crime com a privação da liberdade pelo tempo máximo de 30 anos, a fim de que, fora da sociedade, o cidadão pudesse rever ser conceitos e se regenerar para que ao se reintegrar novamente à sociedade desse continuidade a sua vida sendo um cidadão honesto e cumpridor dos deveres legais.

Superado o entendimento de que os crimes cometidos pelas mulheres se resumiam na prostituição e bruxaria, com o passar dos anos, as mulheres começaram a praticar os mesmos delitos que os homens e assim como eles, deveriam receber punições iguais, essas mulheres são em maioria de condição social baixa e levam consigo traumas como violência doméstica, separação dos filhos e marido, falta de oportunidade laboral, precariedade nos cuidados da saúde sexual, moradia imprópria entre outros.

É muito importante destacar que a legislação entendeu que homens e mulheres deveriam cumprir penas em estabelecimentos prisionais diferentes.

A mulher por si só é fisiologicamente diferente do homem, é um ser mais frágil que necessita de cuidados específicos, principalmente com higiene e cuidados quando se encontram grávidas ou lactantes.

Apesar do número de mulheres encarceradas ser menor que a quantidade de homens, conforme os anos passam, as mulheres estão cada vez mais se inserindo no mundo do crime.

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN 2018, a quantidade de mulheres encarceradas no Brasil é de 42.355 (quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e cinco).

Dentre essas mulheres há uma grande quantidade de gestantes ou lactantes. As pesquisas do INFOPEN (2018), ao analisar a quantidade de presas grávidas em nossas Penitenciárias, identificaram que a quantidade de mulheres grávidas nas penitenciárias brasileiras chega a 536 e 350 lactantes, desse total, apenas 269 presas tem acesso a cela salubre, não periculosa, equipada com berçário, produtos de higiene, brinquedos, atendimento médico, pré-natal, cursos de instrução, entre outros.

Quando a mulher encontra-se grávida ou lactante, tanto ela quanto a criança possuem cuidados especiais, o acompanhamento médico deve ser feito com atenção,

deve ser oferecido pré-natal, a alimentação deve ser diferenciada e isto é o mínimo que o Estado deve fornecer aos seus cidadãos, uma vida digna.

O Brasil conta com apenas 49 unidades prisionais com berçários com uma capacidade para 467 crianças, número pequeno pela grande demanda de grávidas e lactantes do País.

Infelizmente muitas reclusas passam este período com seus filhos em celas sujas, inadequadas para suas necessidades fisiológicas, de alimentação e cuidados médicos além da grande maioria enfrentar resistência do fornecimento de cuidados pela administração da penitenciária para a realização do pré-natal, medicação pós-parto e até o próprio parto, que se realiza em um hospital com sala e aparelhos adequados.

A dignidade da pessoa humana para a constituição federal

Antes do período Axial (entende-se por período axial aquele que iniciou o pensamento reflexivo do homem, daí surgiram os primeiros filósofos) vários pensadores usavam a mitologia para explicar o surgimento do mundo, do ser humano e como eles deveriam se comportar ao exercer seus direitos e obrigações.

Passados séculos, com a evolução da história é a partir do período axial que os sujeitos são considerados seres iguais em direitos e obrigações.

Segundo dispõe KONDER (2012, p.11)

É a partir do período axial que o ser humano passa a ser considerado, pela primeira vez na História, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças [...]. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a ela inerentes.

Toda pessoa ao nascer com vida é possuidora de direitos e obrigações, ou seja, é inerente ao ser humano, mesmo aquela que nasce e após um curto período vem a óbito. No Brasil, a lei suprema que protege esses direitos e garantias é a Constituição Federal (1988), o direito à vida e a dignidade são os principais direitos que a Constituição protege. Logo no artigo primeiro, o legislador em seu inciso III (BRASI, já dispõe quanto ao direito à vida e tantos outros como a liberdade, igualdade, segurança e a propriedade.

É importante observar que no Brasil não há diferenciações entre homens e mulheres e a lei lhes assegurará o mínimo para uma vida digna, ambos são sujeitos de direitos e deveres possuindo a mesma proteção legal, moral, humana e social segundo dispõe o inciso I do artigo 5º mencionado.

Muito além de qualquer lei, convenção ou tratado, a dignidade da pessoa humana, direitos como a vida e a dignidade nascem com o homem independente de uma lei que defina isso, sendo assim, não deveria ser algo que, para ser respeitado houvesse a necessidade da criação de leis.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988 não se tem mais dúvidas quanto à forma como o Brasil vislumbra o tratamento do ser humano e podemos perceber que, a maneira na qual os direitos são elencados enche os olhos de quem lê, já a aplicação desses direitos não depende em totalidade do legislador criador da Carta Suprema, na presente pesquisa será possível esta análise.

Além da Lei Suprema, as leis infraconstitucionais são uma espécie de esteio que aperfeiçoará os dispostos na Constituição, observando sempre seus limites e prezando pelo bem-estar do povo.

Um Estado, por mais que providencie políticas sociais e indique o limite em que o povo deve chegar, ainda não consegue impedir que as pessoas violem a lei, cometam ilícitos e desestabilizem a harmonia que o Estado tentou criar ao promulgar a Constituição Federal, é por isso que as outras leis infraconstitucionais além de aperfeiçoar os direitos e obrigações trazidos pela Lei Suprema, irá trazer punições para o descumprimento das obrigações, leis como o Código Penal, Código de Processo Penal, ECA, entre outras.

Assim como a Constituição traz a possibilidade do cumprimento da pena em ambientes prisionais, ela também traz garantias que deverão ser asseguradas aos cumpridores de pena, são os chamados Direitos dos Reclusos.

Quando da criação das Unidades Prisionais, a intenção era que os presos pudessem ali, afastados da sociedade e dos fatores que o fizeram cometer ilícitos, se ressocializar e se voltar para a sociedade com a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho, ingressar nos estudos e não precisar mais recorrer ao mundo do crime para sua sobrevivência ou para qual fim seja.

Acontece que, devido à lotação das Penitenciárias Brasileiras, o Estado não consegue resguardar a todos os presos os direitos trazidos pela Constituição,

direitos básicos como cumprir pena em um ambiente salubre, receber alimentação adequada, ter um espaço para dormir. Muitas celas das Penitenciárias do Brasil que comportam por exemplo 07 presos, estão com uma superlotação de 20 pessoas.

Ao se inserir no mundo do crime e ter a prisão decretada, a mulher deixa seu ambiente familiar, seus filhos, cônjuge, companheiro e outros familiares para se inserir no Sistema Prisional Brasileiro e uma grande parte dessas mulheres já se inserem grávidas.

É assegurado o direito a acompanhamento com psicólogos durante toda a gravidez.

Em uma matéria escrita por Daniela Marques no dia 17 de junho de 2016 que traz como título A Importância da Presença da Mãe Nos Primeiros Anos de Vida para a página Educando na Contramão, para ela a ligação entre mãe e bebê é explicada como “tentáculos” que os ligam

Nos primeiros dias e meses de vida, a descoberta do mundo inicia-se pelo tato através da boca (oralidade – mamar, sugar, dedo, chupeta, objetos na boca, o choro). O bebê se comunica dessa forma. Na oralidade ele recebe e se manifesta. E nesse período há uma ligação intensa com o cuidador – seja ela boa ou ruim. No começo o bebê tem a mãe (ou principal cuidador) como um “tentáculo” que faz parte dele. Ele chora e então chega o tentáculo: peito/ colo e, aos poucos, vai descobrindo que existem outros indivíduos fora dele. Mas a mãe, em especial, continua sendo parte dele. É como uma ponte que liga a realidade externa ao “eu” do bebê e essa ligação se dá através do toque, da fala, do sorriso, das canções, do colo e especialmente do olhar. (MARQUES, 2016)

Sob o ponto de vista social do assunto, seria absurdamente inviável privar de uma mãe o mínimo possível de convívio com seu filho.

Ela prossegue dizendo que:

O cérebro do bebê é ligado ao cérebro da mãe, como um sensor de wi-fi. A criança sente essa ‘sintonia’. E essa ligação é feita especialmente através das pupilas, que, dependendo da dilatação e somada as feições do rosto, é realizada uma ligação que constrói uma memória de alegria, segurança ou tristeza, por exemplo. E tudo acontece de forma imperceptível e inconsciente. (MARQUES, 2016).

Durante a gravidez toda a alimentação da mãe é transferida para a criança através do sangue, se ela não consome a quantidade de nutrientes e vitaminas necessárias irá comprometer a formação da criança.

A alimentação fornecida pela Unidade Prisional deve ser recomendada por especialista na área da nutrição, sopesando as vitaminas, minerais, líquidos, tudo isso para garantir que a mãe e a criança não se prejudiquem. É de interesse do Estado que ambos tenham o adequado cuidado.

História da criminalidade feminina

A criminalidade nasceu junto com o homem, desde o começo da humanidade as pessoas cometem atos que prejudicam pessoas e descumprem regras. Segundo ROSA, (1995, p.51): *Três fatos constituem a essência de nossa ciência: o homem, que viola a lei; a lei, que exige que seja castigado esse homem; o juiz, que comprova a violação e dá o castigo. Crime, pena e juízo*

Com relação a criminalidade feminina, não há muito que se dizer pois os historiadores e doutrinadores não se aventuraram nesses assuntos, são raros os autores que se arriscam a opinar sobre o tema.

Para OLIVEIRA (1997, p.58):

Não há mulher criminosa e sim mulher que comete crimes [...] O sexo não é criador e, muito menos, especializador da criminalidade. Não há criminalidade feminina ou masculina. A criminalidade há de ser praticada por homens e mulheres. Os crimes considerados femininos comportam a concorrência masculina, até principal.

Mas é claro que não devemos deixar de considerar que fisiologicamente e mentalmente a mulher é diferente do homem, a produção hormonal da mulher influencia muito em seu estado emocional, o que pode justificar alguns comportamentos agressivos ou inadequados, não podemos ignorar que grande parte da composição da família brasileira é formada por mãe e filhos e a reponsabilidade de prover o sustento de sua casa é dela.

OLIVEIRA, (1997, p.59) disserta:

A mulher é criatura delicada de quem o homem sempre espera alguma coisa e por quem alimenta uma admiração que o impede de julgá-la com a mesma severidade com que julga um varão [...]. Um magistrado não condena a mulher com o rigor idêntico ao que aplica ao homem [...]

De tempos em tempos é necessário que seja feito um levantamento da população carcerária brasileira, sobretudo, com relação às condições que o Estado

tem proporcionado aos presos, no Brasil existe o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, a pesquisa voltada ao público carcerário feminino está em sua segunda edição, o INFOPEN (2018) Mulheres, fez o levantamento da situação carcerária feminina em todo o País, analisando a quantidade de presas grávidas, não grávidas, lactantes, quantos Presídios são adaptados para mulheres e crianças, os Presídios que disponibilizam alas para gestantes e lactantes, entre outros dados.

Segundo dados coletados em junho de 2016 a população carcerária feminina do Brasil é de 42.355 (quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e cinco) mulheres, observa-se que é um número grande e que tem trazido várias preocupações ao Estado, percebe-se também ao analisar a tabela abaixo que ainda existe um déficit de 15.326 (quinze mil trezentos e vinte e seis) vagas nas penitenciárias femininas, por diversos fatores, com o passar dos anos a mulher vem se inserindo cada vez mais ao mundo da criminalidade.

E o número de penitenciárias não é suficiente para receber todas as presas grávidas e lactantes, e a lotação causa vários transtornos à mãe e o bebê.

Para CASTILHO (2007, p. 38):

[...]a prisão para a mulher é um espaço discriminador e opressivo, que se expressa na aberta desigualdade do tratamento que recebe, no sentido diferente que a prisão tem para ela, nas consequências para sua família, na forma como o Judiciário reage em face do desvio feminino e na concepção que a sociedade atribui ao desvio.

O autor entende que o ambiente prisional não é saudável para a mulher pois ela recebe um tratamento diverso ao que deveria receber, não bastasse, traz severas consequências em seu meio familiar. O ponto principal, ou seja, os maiores prejudicados enquanto as mulheres estão em situação de cárcere são os filhos que dependem dos seus cuidados e como se não bastasse, o Judiciário não tem observado esses fatores e dificultado a situação delas.

Segundo STELLA, (2006, p.16):

Da mulher espera-se, segundo a cultura ocidental, graça, passividade, paciência, tolerância.” Além disso, “as mães, que são as principais guardiãs das crianças em nossa sociedade, quando presas, são atingidas por imagens negativas e estigmatizadas, ferindo o mito da ‘boa mãe’.

A sociedade não espera que uma mulher acorde pela manhã planejando um crime, a sociedade espera que uma mulher acorde e prepare o café da manhã para sua família, leve seus filhos à escola, proporcione seus cuidados, dê amor, atenção.

Para a autora, quando uma mãe é presa isso traz uma “imagem negativa” de sua pessoa para a criança, portanto, a sociedade tende a tirar a beleza da mãe que comete crimes, talvez sem a intenção de prejudicar a formação da criança, mas direta ou indiretamente prejudica e traz sofrimento aos filhos que precisam esperar anos pois as penas do Judiciário Brasileiro são longas.

As marcas deixadas pelo cárcere são inevitáveis, não há como permanecer lá e não levar consigo sequelas, principalmente para a presa que gerou seu filho dentro de uma Penitenciária e para as que estiveram cuidando deles na insegurança de não saber como seria o dia de amanhã, se seus filhos teriam alimentação, até quando eles estariam sob seus cuidados, ser mãe em cárcere e depender dos cuidados do Sistema Prisional para a sobrevivência de seus filhos, talvez seja uma das maiores dores que uma mãe pode levar em sua história.

Na pesquisa feita por Silva (2015, p. 224) com o título Mãe/Mulher atrás das grades, foi realizado um levantamento de como funciona a Penitenciária Feminina da cidade de Franca -SP, e foi possível observar a forma como a Penitenciária trabalha o quesito higiene, conforme dispõe a pesquisadora:

[...] a cadeia apenas dispõe de três refeições diárias, não sendo viabilizado o acesso a nenhum produto de higiene pessoal (sabonete, absorvente, papel higiênico, etc.), de limpeza (sabão, detergente, vassoura, etc.) e nem de manutenção da cadeia (lâmpadas, chuveiros, etc.), sendo as reclusas responsáveis por sua obtenção, seja por meio de familiares seja pela permutação entre elas mesmas. Isso posto, a realidade expressa pela Cadeia de Franca não difere radicalmente dos demais estabelecimentos prisionais espalhados pelo país, mas, em meio a todas suas falhas e faltas, destaca-se pelo reduzido número de reclusas, comparando-se à estrutura física que desfruta.

Na pesquisa feita na Penitenciária Feminina de Franca a pesquisadora entrevistou algumas presas, questionando sobre a relação que elas possuem com a família e filhos. As detentas comentam:

Somente minha filha continuou a manter contato comigo depois que eu vim presa, mas não é toda semana, ela sempre aparece de surpresa, não dá para ficar esperando, porque nunca tenho a certeza se ela vai vir ou não, porque ela estuda e não pode faltar da escola.

*Minha filha veio três vezes, a mais velha, só três vezes, só. Os pequenininho veio uma vez só que minha filha trouxe escondido ainda do pai porque ele não aceita [...] Minha família é da Bahia.
Já tem 3 meses que eu não tenho visita, que eu não vejo ninguém. O último dia que eu vi meu filho foi no aniversário dele de 1 ano.
Meu pequeno, o [...] está com 2 anos e 7 meses. Ele sabe que eu tô presa, ele fala: mamãe tá pesa! Ele vinha me visitar no começo, mas agora já faz 6 meses que eu não vejo ele.*

Percebe-se a grande dificuldade que as presas têm de receber a visitas dos filhos porque muitos familiares não aceitam que a criança se insira no ambiente prisional, outras recebem visitas esporádicas, mas grande parte está reclusa longe da sua cidade e de seus familiares, o que dificulta ainda mais as visitas.

A mulher grávida e lactante inserida no sistema carcerário

Os direitos da personalidade foram incluídos no rol de direitos da pessoa humana. Recentemente, quando promulgada a Constituição Federal de 1988 e enquanto está trazia os direitos e garantias individuais, o Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002) propôs a fazer um Capítulo dedicado especialmente a esses direitos, resumidamente, a Constituição dispõe quais são esses direitos e o Código Civil os regula.

Para BITTAR, (1955, p.11) são: *Direitos inatos (originários), absolutos, extrapatrimoniais, intransmissíveis, impenhoráveis, vitalícios, necessários e oponíveis erga omnes*. Nesse sentido, os direitos da personalidade são aqueles inerentes ao ser humano, ou seja, ao nascer a pessoa já os adquire, são direitos intransmissíveis, irrenunciáveis e indisponíveis.

Muito se tem discutido sobre isso, mas aos olhos dos profissionais da saúde e doutrinadores é de suma importância que a criança passe os primeiros anos de vida junto da mãe, pois o cuidado maternal não pode ser substituído por nenhum outro.

BOWLBY, (1960, p.11) entende que: *Considera-se essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe (ou quem, em caráter permanente, a substitua).*

SPITZ, (1960. 159 p.) também defende que o contato entre mãe e bebê traz muitos benefícios:

[...] O que torna essas experiências tão importantes para a criança é o fato de que elas são interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno; e a criança responde afetivamente a esse afeto. Isto é essencial na infância, pois nesta idade os afetos são de importância muitíssimo maior do que em qualquer outro período posterior da vida no decorrer de seus primeiros meses, a percepção afetiva e os afetos predominam na experiência do bebê, praticamente com exclusão de todos os outros modos de percepção.

É certo que o ambiente prisional não é o lugar adequado para os primeiros anos de vida de uma criança, mas ao inseri-la no meio carcerário é necessário que o Estado assegure a mãe-bebê os cuidados necessários.

Para STELLA, (2006, p.32): *A prisão da mãe reconfigura o ambiente de desenvolvimento da criança, necessitando de políticas públicas específicas que deem conta da condição particular desse grupo de crianças.*

O que se pode concluir é que ao nascer, é assegurado a crianças os direitos da personalidade, mínimos para assegurar a sua dignidade, mas se porventura o acontecimento espetacular da vida ocorrer dentro de uma penitenciária, seus primeiros cuidados não poderão ser diversos aos de uma criança junto ao seio familiar.

O Estado também disponibilizou uma Cartilha que estipula todos os direitos da mãe e da criança desde a gravidez até a amamentação, regulamento cuidados especiais, locais de estadia diferenciados para mãe e o bebê, alimentação balanceada que supre todas as necessidades fisiológicas da mãe que amamenta e da criança que tem todos os nutrientes necessários passados através do leite materno.

Esta cartilha tem o objetivo de informar as presas de seus direitos, pois grande parte da população carcerária feminina não teve acesso a informações como estas.

Após o nascimento com vida, a criança é portadora de direitos e garantias concedidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), a grande dificuldade de assegurar esses direitos é quando a criança nasce em cárcere.

A criança deverá ser protegida e ter todos os seus direitos como pessoa humana assegurados. No artigo 5º do ECA a lei deixa claro que nenhuma criança será vítima de negligência e discriminação, portanto a criança que nascer em cárcere será tratada como a criança que nasce no seio familiar.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura as mães presas o direito de permanecerem com seus filhos enquanto perdurar a amamentação dos mesmos,

este prazo é de aproximadamente seis meses, depois disso serão analisados cada caso para cogitar a hipótese de a mãe permanecer por um tempo maior com a criança em cárcere

É importante frisar que, após o nascimento, as mães passaram por profissionais da psicologia e assistentes sociais que através do estudo de cada caso irão chegar-se a conclusão se aquela mãe tem condições psíquicas de estar com seu filho pelo período de amamentação. Caso a mulher não tenha condições psíquicas ela passará por profissionais que a instruirão em tudo quanto for preciso pois é de suma importância que os primeiros contatos da criança sejam com a mãe.

Após o período de estadia com a mãe a criança será levada para casa, no seio de seus familiares que continuarão os seus cuidados básicos e poderão proporcionar um convívio familiar saudável em um ambiente melhor até que a mulher possa cumprir sua pena e ter consigo novamente seus filhos.

Segundo KUROWSKY, (1990, p.14):

A característica essencial da vinculação afetiva é que os dois parceiros (mãe e filho) tendem a manter-se próximos um do outro. Quando por qualquer razão se separam, cada um deles procurará o outro, a fim de reatar a proximidade. Qualquer tentativa, por parte de terceiros, para separá-los, encontrará vigorosa resistência

Na fase de cumprimento da pena os filhos poderão visitar as mães nos dias adequados, assegurando a criança a oportunidade de passar seu início de vida ao lado da mãe.

Para a alegria de muitas mães, no dia 19 de dezembro de 2018 foram sancionadas pelo então Presidente da República Michel Temer 04 novas leis de proteção a mulher, e uma delas adveio do projeto de Lei nº10269/18 (BRASIL, 2018) que propõe a substituição da prisão em regime fechado junto a uma unidade prisional comum para o cumprimento da pena em regime de prisão domiciliar para as mulheres grávidas, responsáveis por seus filhos, sejam eles saudáveis ou portadores de alguma deficiência.

O projeto de lei teve o condão de diminuir o desequilíbrio causado a mãe e a criança que cumpria penas em Penitenciárias, havia uma grande dificuldade de o Estado proporcioná-las todos os cuidados necessários e agora estando no seio familiar a criança terá um crescimento mais saudável e sem as sequelas de um dia

ter vivido dentro de uma penitenciária, para a mulher os pontos positivos são a oportunidade de estar com seus filhos todos os dias por um tempo indeterminado e não sofrerem o desespero de ver seus filhos serem tirados de si tão cedo e para as crianças, todos os pontos positivos possíveis.

Nos dias atuais a busca é de um planejamento familiar e ter um filho em cárcere foge do planejamento de qualquer mãe. O Estado junto ao Ministério da Saúde tem apresentado políticas de prevenção não apenas a gravidez em momentos inoportunos, como também às doenças sexualmente transmissíveis.

Mesmo em cárcere a gravidez não é uma realidade que está distante das mulheres pois também lhes é assegurado o direito da visita íntima e basta apenas uma relação sexual sem proteção para a mulher engravidar, é por isso que as Penitenciárias brasileiras precisam constantemente trabalhar com políticas de prevenção a gravidez não planejada e a doenças sexualmente transmissíveis.

Existem produtos destinados ao controle de natalidade reconhecidos pela ANVISA e disponibilizados pelo SUS, quais sejam, o Dispositivo Intrauterino (DIU de cobre), a camisinha masculina e feminina, e o anticoncepcional injetável e em pílula, além da laqueadura e da vasectomia para os casos em que a pessoa tiver idade superior a 25 anos ou já tiver concebido mais de 02 filhos.

O SUS disponibiliza não apenas métodos controladores de natalidade como tratamento presencial com médico especializados na saúde da mulher que tiver interesse em se prevenir, mas dentro de uma Penitenciária os cuidados são mais escassos pois elas dependem da administração do presídio para terem assegurados direitos como estes, muitas penitenciárias não disponibilizam serviços médicos adequados, anticoncepcionais ou preservativos de borracha, quando a família não disponibiliza, a mulher fica desprotegida e a probabilidade de uma gravidez não planejada triplica.

Atualmente foi desenvolvido um novo modo contraceptivo, chamado Implante Contraceptivo, é um dispositivo semelhante a um palito de 4cm, que é aplicado abaixo da pele na parte superior do braço da mulher e irá impedir que os ovários produzam óvulos por 03 anos.

Alguns Estados do Brasil como São Paulo e Fortaleza já ofereceram esse novo método as adolescentes e mulheres em situação de risco, de acordo com a coordenadora da rede de Atenção à saúde da Mulher de Uberlândia, Cunha (2018, p

10): *É um procedimento tranquilo, mediante anestesia local, feito pelo próprio médico e serve tanto para pacientes em vulnerabilidade que desejam evitar a gravidez indesejada quanto para o pós-parto.*

Não há comprovação de que as Penitenciárias Brasileiras já aderiram esse novo método fácil, de duração longa e eficaz, mas ao analisar todos os benefícios que essa nova forma de tratar o assunto controle de natalidade, pode-se constatar que será um passo em direção ao progresso o oferecimento às mulheres presas pois o controle de natalidade será mais intenso e os resultados serão positivos.

Considerações finais

A Constituição Federal equipara todas as pessoas, ou seja, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, assim como o homem cumprirá pena em regime fechado nos casos dispostos pela lei, a mulher também cumprirá. Acontece que, assim como os homens, as mulheres também cometem crimes e precisam ser punidas de forma igual, e como se não bastasse, a população carcerária feminina brasileira tem crescimento de forma exorbitante com o passar dos anos, mas a sociedade, os doutrinadores e o próprio Judiciário de certa forma enxergam a mulher de uma forma diferente, como uma figura amorosa e provedora do cuidado de seus filhos, com a inserção da mulher no crime essa figura de mãe provedora estremeceu e houve um desequilíbrio tanto na vida familiar da mulher, quanto na Segurança Pública pois uma vez presa, a mulher será omissa aos cuidados de sua família.

Ao se inserir no mundo do crime e sofrer uma condenação a mulher passa a cumprir pena e as Penitenciárias precisam assegurar que elas tenham o tratamento adequado pois as suas necessidades são diferentes das necessidades dos presos e o Sistema Carcerário do Brasil não tem condições de dar o devido tratamento, principalmente quanto a higiene.

A situação passa a se agravar quando a mesma, no início ou no decorrer do cumprimento da pena engravida, agora neste contexto é adicionado uma criança inocente que ao nascer tem seus direitos da personalidade garantidos e é merecedora de todos os cuidados necessários para um crescimento saudável, tanto físico quanto psíquico.

Mesmo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegurando a criança todos os direitos básicos para sua correta formação e criação, o sistema penitenciário não consegue suprir todas as suas necessidades pois não consegue suprir sequer as necessidades das outras presas.

O fato da criança permanecer em cárcere de certa forma fere o princípio constitucional da individualização da pena que dispõe que a pena não passará do condenado, mas sobretudo os estudiosos chegaram à conclusão que o primeiro contato da criança deve ser com a mãe, é a parte mais importante da sua formação como pessoa, pois é no seio materno que a criança receberá os primeiros cuidados mais necessários. O cerceamento deste direito pode trazer diversos problemas psíquicos futuros aos filhos.

A retirada da criança da mãe após o período de amamentação também é feita de forma de não prejudicar a criança, mas infelizmente isso não impede o sofrimento da mãe que passa a depender das visitas esporádicas feitas pelas crianças pois ou a família mora longe da Penitenciária, ou a família não tem disponibilidade para levar a criança até a mãe.

São implantadas diversas políticas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, mas são raras as disponibilizações de métodos contraceptivos pelo presídio, pois, quando a família não leva, a mulher fica vulnerável a contrair doenças ou engravidar.

O Estado deve implantar uma política mais adequada para prevenção e controle de natalidade, além de ofertar métodos contraceptivos mais eficazes tais como o implante contraceptivo que tem o efeito de 03 anos, é de aplicação rápida, simples, indolor. Prevenindo as mulheres em situação de cárcere, o controle de natalidade finalmente será mais bem-sucedido, as penitenciárias não estarão superlotadas de crianças recém-nascidas e as crianças não carregaram em suas vidas o fato de ter nascido em cárcere.

Referências Bibliográficas

BITTAR, Carlos A.. **Os Direitos da Personalidade**. 2.a ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 1955.

BOWLBY, John. **Crianças carentes**. São Paulo: Inst. de Psicologia / PUCSP, 1960. 222 p.

CASTILHO, Ela W. V. de. Execução da pena privativa de liberdade para mulheres: a urgência de regime especial. **Justitia**, São Paulo, n. 64, p. 37-45, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/25947/execucao_pena_privativa_liberdade.pdf?sequence=1> . Acesso em: 26 nov. 2019

CUNHA, Bárbara. Implante de anticoncepcional é oferecido gratuitamente em Uberlândia . G1- Triângulo Mineiro, 2018, Disponível em <www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/mg/triangulo-mineiro/noticia/implante-de-anticoncepcional-e-oferecido-gratuitamente-em-uberlandia.ghtml> Acesso em 01out. 2019

COMPARATO, Fábio K. A afirmação histórica dos direitos humanos, 10ª Edição, Editora Saraiva, 2012 Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4977109/mod_resource/content/1/A_afirmacao_historica_dos_direitos_human%20%281%29.pdf> . Acesso em: 11 abr. 19.

KUROWSKI, Cristina M.. Análise crítica quanto a aspectos de implantação e funcionamento de uma creche em penitenciária feminina. Porto Alegre, 1990. 37 f.

MARQUES, Daniela, Educando na Contra Mão, 17 de junho de 2016, Disponível em: <<http://www.educandonacontramao.com.br/2016/06/17/a-importancia-da-presenca-da-mae-nos-primeiros-anos-de-vida/>>. Acesso em 27 ago. 2019

OLIVEIRA, Maruza B.. Cárcere de mulheres. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

ROSA, José M. Feu.. **Direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995

SILVA, Amanda D.: **Mulher/Mãe atrás das grades**: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SPITZ, René A.. **Desenvolvimento emocional do recém-nascido**. Rio de Janeiro: Pioneira, 1960.

STELLA, Cláudia. **Filhos de mulheres presas: soluções e impasses para seus desenvolvimentos**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.